

Solange Monteiro, do Rio de Janeiro

Para a maioria dos brasileiros, uma jornada não começa de fato sem uma boa xícara de café. Não à toa, a primeira refeição do dia tem a bebida no nome. Em 2024, manter esse hábito ficou 40% mais caro, resultado de um encadeamento de fatores. Nos últimos anos, as safras em Minas Gerais, maior produtor nacional, têm enfrentado sequentes problemas climáticos: uma geada que dizimou cerca de 20% da safra de arábica em 2021, seguida pelos efeitos do El Niño e La Niña, resultando em estiagem em 2023 e chuvas alongadas em 2024. Há também a influência do aumento da demanda da China, país que duplicou o consumo de café desde 2022, o que se refletiu nos preços internacionais dessa *commodity* da qual o Brasil é o principal exportador do mundo.





Não foi só o café que forçou as famílias a revisarem seu carrinho de compras em 2024, substituindo ou eliminando produtos. A carne registrou alta de 20,84% no ano; leite (18,83%), óleo de soja (29,8%) e frutas (12,12%) também se destacaram, contribuindo para que a inflação da chamada alimentação no domicílio chegasse a 8,23%. São 3,4 pontos percentuais acima da inflação geral da economia medida pelo IPCA do IBGE, farol para reajustes salariais, ilustrando o impacto no poder de compra da população, especialmente das famílias mais pobres. “Para estas, a alimentação no domicílio chega a representar 25% do orçamento”, ilustra André Braz, coordenador de Índice de Preços do FGV IBRE.

Levantamento do Ipea aponta que em 2024 a inflação para as famílias de renda entre R\$ 900 e R\$ 1,35 mil foi a mais alta do ano, com 5,02%, sendo que alimentos e bebidas corresponderam a 2,13 pontos percentuais desse resultado – de longe, o grupo que mais contribuiu para a pressão de custos nessa faixa de renda. O segundo maior peso para essas famílias foi com saúde e cuidados pessoais, que contribuíram com 0,7 ponto percentual (p.p.), seguido de transportes, com 0,68 p.p. Por sua vez, as famílias de alta renda (maior que R\$ 21 mil ao mês) registraram uma inflação de 4,43%, abaixo do IPCA geral para 2024, sendo que os alimentos participaram com 0,94 p.p. Saúde também foi o segundo item de maior peso na inflação dessas famílias, mas com uma distância muito menor dos alimentos, fechando o ano com uma contribuição de 0,9 p.p., seguida de despesas pessoais, com 0,8 p.p.

Na virada de 2025, estimativas iniciais não apontavam melhora significativa nesse quadro. Projeções do Boletim Macro do FGV IBRE de janeiro sinalizavam a um IPCA de alimentos e bebidas de 8% este ano. No decorrer do mês, uma melhora do câmbio – fruto, em parte, da demora do presidente norte-americano Donald Trump em lançar sua artilharia de medidas protecionistas – colaborou para trazer algum alívio às projeções. O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) de janeiro ainda apontou a uma retração importante de preço de alguns produtos, que em 12 meses acumula alta de dois dígitos, anunciando alguma redução no preço ao consumidor adiante. O óleo de soja, por exemplo, que em 12 meses fechados em janeiro no IPA registra uma inflação de 41,98%, marcou -6,48%, apontando perspectiva de queda de preço nos supermercados. A carne bovina, que em 12 meses aumentou 35,79%

Quando o desequilíbrio não é fruto de desabastecimento, mas *overshooting* de preço, a desoneração das importações é o nível adequado de intervenção visando ao equilíbrio

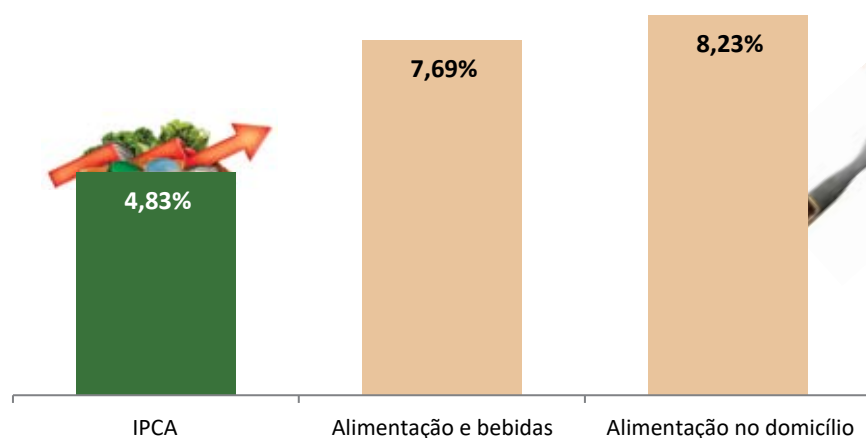
na medição do IPA, em janeiro retraiu 2,58%. “Os alimentos processados, que por estarem na categoria de bens finais são os mais próximos das gôndolas, registraram queda de 0,64%, somando 16,25% em 12 meses” descreve Braz, lembrando que alimentos processados têm o maior peso na categoria, de 10,3

pontos percentuais. O IPCA de janeiro também trouxe alguma desaceleração da inflação do grupo de alimentos e bebidas (0,96%, contra 1,18% em dezembro), sinalizando para a mesma direção de melhora.

A manutenção de um cenário de preços menos pressionado, entretanto, dependerá da concretização das expectativas de aumento em torno de 10% para a safra agrícola e, fundamentalmente, do comportamento do câmbio, afirma Braz. “De fato, o câmbio é o fiel da balança, mesmo para os alimentos que não exportamos”, explica, lembrando que até no caso de hortaliças produzidas para o consumo interno ainda há que se contar o efeito de insumos como o adubo na lavoura, em sua maioria importado, e o diesel no transporte, cujo reajuste também tende a obedecer a evolução dos preços internacionais. “Caso o câmbio se mantenha no patamar de R\$ 5,80, é possível pensar em uma inflação de alimentos em torno de 6% este ano”,

Inflação de alimentos em 2024:

efeito no bolso do consumidor e na popularidade do governo

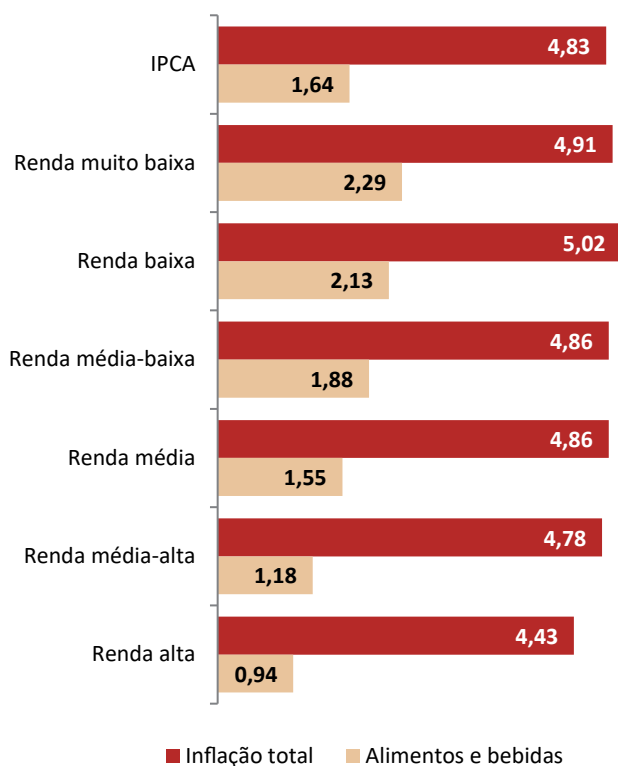


Pesquisa Quaest de janeiro apontou índice de desaprovação do governo Lula superar o de aprovação pela primeira vez neste governo: **49%**, contra **47%**

Fonte: IBGE.

Mais pobres sofrem mais

Inflação por faixa de renda em 2024: contribuição dos alimentos (em p.p.)



Fonte: Ipea.



Faixas de renda mensal domiciliar (R\$ mil)

Renda muito baixa >	2,1
Renda baixa	entre 2,1 e 3,15
Renda média-baixa	entre 3,15 e 5,26
Renda média	entre 5,26 e 10,52
Renda média-alta	entre 10,5 e 21
Renda alta	maior que 21

diz. Guilherme Bastos, coordenador do Centro de Estudos do Agronegócio da FGV, lembra ainda da maior flutuação característica dos produtos hortifrutícolas. “O grande ponto desses produtos é que eles têm um período produtivo mais curto, com possibilidade de recuperação mais rápida. Mas, no curto prazo, isso acaba machucando os índices de inflação”, diz.

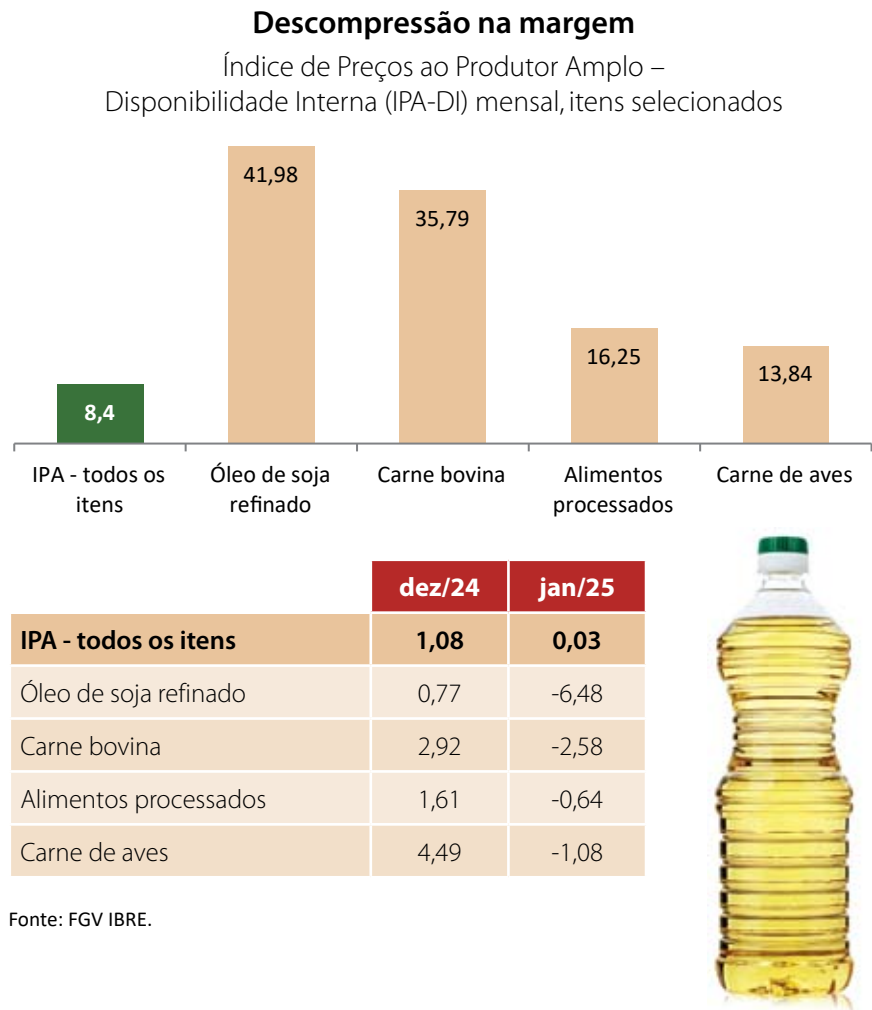
Esse sinal de descompressão também foi sentido pelo governo, muito alerta para as consequências da inflação alta em seus índices de aprovação. Em 2013, por exemplo, uma disparada do preço do tomate comprometeu a aprovação da presidente Dilma Rousseff, que meses depois

enfrentaria as jornadas de junho, com mobilizações em diversas cidades do país, cujo estopim foi o aumento das tarifas de transporte público. Este ano, Lula tratou o tema como prioritário, e em janeiro reuniu sua equipe em busca de alternativas para mitigar esse impacto, quando se mencionaram medidas como a volta de estoques reguladores e tabelamento, que foram descartadas.

“Sabemos, olhando para o passado, que tentativas de intervenção sempre foram catastróficas. Elas atenuam os preços num primeiro momento, mas com consequências negativas adiante”, afirma Bastos, destacando a complexidade das de-

terminantes que levam à inflação de alimentos e vão além da demanda interna controlada por política monetária do caráter cíclico à cotação internacional. Geraldo Barros, coordenador científico do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) da Esalq/USP, destaca também a influência do mercado internacional na cotação de produtos agropecuários brasileiros, mesmo os que não são destinados à exportação. “Ainda que em diferentes graus, todos estão vinculados ao mercado internacional”, afirma, destacando levantamento de sua autoria que analisa essa convergência de preços desde 1960. Para

identificar tal *match*, Barros traça a relação entre os preços aos produtores agropecuários no Brasil coletados pelo Cepea e os preços internacionais internalizados. Na série histórica, a diferença média entre ambos, em reais, é de 7%. “A diferença foi maior durante a pandemia, devido às disrupções das cadeias globais”, afirma. “No Brasil, o salto foi maior devido ao impacto do auxílio emergencial, que chegou de forma não antecipada, num prazo em que não dava para aumentar a produção – a qual, em grande parte, já estava vendida por meio de contratos.” Além das altas cotações, Barros cita a influência do ritmo de demanda do mercado externo atendida por nossas exportações, o que também se reflete nos preços, mas cujo efeito, defende, não se deve controlar com controles e taxações. “A busca por aumento da produtividade da agropecuária brasileira acontece graças à escala garantida pelo mercado externo. Se fôssemos restritos a abastecer o mercado interno, esse ganho não aconteceria, e o consumidor acabaria pagando mais caro, pois o custo de produção seria mais alto”, diz. O mercado global de alimentos, entretanto, não deixa de ser vetor de inflação. Claudio Hamilton, técnico de planejamento e pesquisa do Ipea, destaca, por exemplo, o encarecimento relativo dos alimentos em relação aos bens industriais observado há cerca de uma década no mundo. “Isso é um fenômeno que não é exclusivo do Brasil, pois seu principal motor é o comércio global, sobre o qual o Banco Mundial tem moni-



Fonte: FGV IBRE.

toramento desde 1960. Mas como grande produtor e exportador de alimentos, tende a afetar particularmente o Brasil”, afirma.

O coordenador na FGV Agro considera positivo o abandono, por parte do governo, de medidas heterodoxas que estavam à mesa. “No caso do estoque regulador, por exemplo, retira-se produto do mercado quando há excedente até o momento em que há uma recuperação natural e se chega ao que chamamos de preço de liberação de estoque. Quando este é atingido, entretanto, a tendência é de pressão política contra, para não comprometer rentabilidade. E o mico fica na mão do governo”, afir-

ma, lembrando de casos passados em que o resultado foi uma grande perda de arroz e feijão.

Para Bastos, quando o desequilíbrio não é fruto de desabastecimento, mas *overshooting* de preço, a desoneração das importações é o nível adequado de intervenção visando ao equilíbrio. Exemplifica: “Isso aconteceu no segundo semestre de 2020, quando estava presidente da Conab, e a saca do arroz estava atingindo três dígitos. Sabíamos, por um acompanhamento do estoque da evolução da oferta e demanda do arroz mensal, que havia estoque do produto. Não nas mãos do governo, mas nas mãos privadas – o que faz

todo o sentido em termos de fluxo —, e o que estava faltando era o acesso ao produto pelos atacadistas aqui em São Paulo. Na época, a paridade de importação da Tailândia estava maior do que o preço no mercado interno”, conta. “Assim, zerando a TEC, a tarifa externa comum do Mercosul, deu-se a sinalização para que os atacadistas de São Paulo que poderiam adquirir um produto a um preço mais baixo do que estava praticando o mercado interno.” Bastos lembra que, no primeiro momento, houve estabilização da taxa de crescimento do valor do arroz no atacado, e com isso os produtores do Rio Grande do Sul, onde havia estoque, começaram a liberar mais arroz, até a normalização dos preços. “Essa talvez seja a maior interferência possível que o governo deveria fazer. Qualquer coisa fora disso, pode gerar distorções no mercado.”

Bastos também questiona, na atual conjuntura, a efetividade de medidas de apoio pelo lado da demanda, visando garantir a segurança alimentar da população mais pobre. “Essa subvenção já existe e, em certa medida, colaborou para o aquecimento da demanda de alimentos, contribuindo para a inflação”, afirma, referindo-se em especial ao aumento das transferências via Bolsa Família. Ele afirma que um monitoramento adequado da segurança alimentar da camada mais vulnerável da população passa por aprimorar o acompanhamento de oferta e demanda dos produtos agropecuários. Para o economista, falta ao Brasil maior refinamento

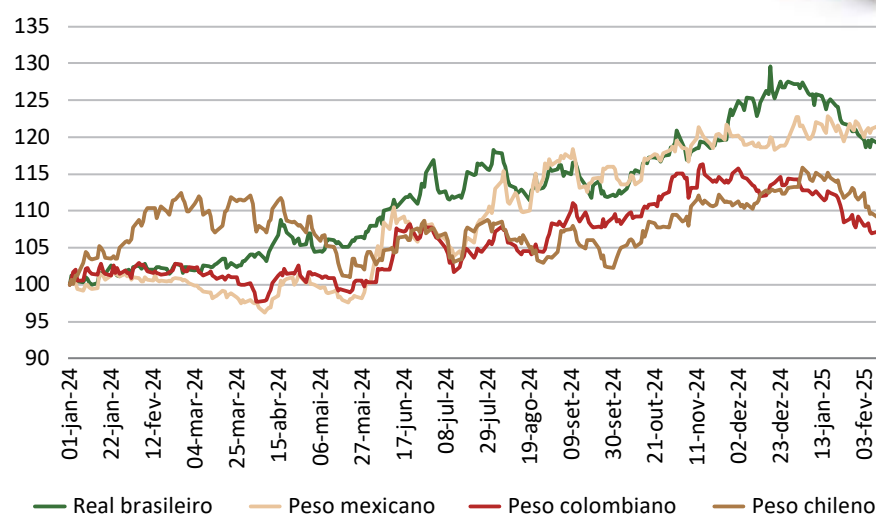
Há condições de se fazer um acompanhamento que permita uma sensibilidade maior com relação à escassez ou excesso de oferta de cada produto, em cada momento do tempo

na avaliação do mercado, algo similar ao realizado pelo departamento de agricultura dos EUA, que anualmente publica um balanço de oferta e demanda dos principais produtos

agrícolas no mundo. Ele reconhece que o Brasil não conta com a mesma estrutura que os norte-americanos, mas afirma que há condições de se fazer um acompanhamento semelhante, que permita uma sensibilidade maior com relação à escassez ou excesso de oferta de cada produto, em cada momento do tempo. “Há uma ciência econômica nesse processo que hoje inexistente aqui. Por exemplo, em verificar a demanda de *non tradables* no país, o consumo de hortifrutigranjeiros por faixa de renda, e daí fazer um cruzamento com as políticas sociais, para verificar em que medida essa camada da população está sendo atendida. Sem isso, nos limitaremos ao jargão fácil de fazer estoques, taxar exportação — e já vimos o que aconteceu na Argentina”, afirma, lembrando

Maior desvalorização do real frente ao dólar ajuda a explicar alimentos mais caros que em outros países latino-americanos em 2024

Moedas (01-01-24 = 100)



Fonte: Bloomberg.



da série de intervenções operadas no país que resultaram em uma disparada inflacionária.

Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do FGV IBRE, destaca outro elemento fundamental na evolução dos preços dos alimentos, sobre o qual o governo pode contribuir, mas que pouco tem a ver com o Ministério da Agricultura: o câmbio. Ela ressalta como as incertezas em torno do compromisso do governo com o cumprimento das metas fiscais para conter a trajetória crescente da dívida pública se refletiram no câmbio na segunda metade do ano passado, impactando também o preço dos alimentos. A desvalorização do real frente ao dólar, de 27,18% em 2024, foi maior do que a de moedas de outras economias latino-americanas como o peso mexicano (22,68%) e o peso colombiano (14,29%), por exemplo, o que explica em parte por que

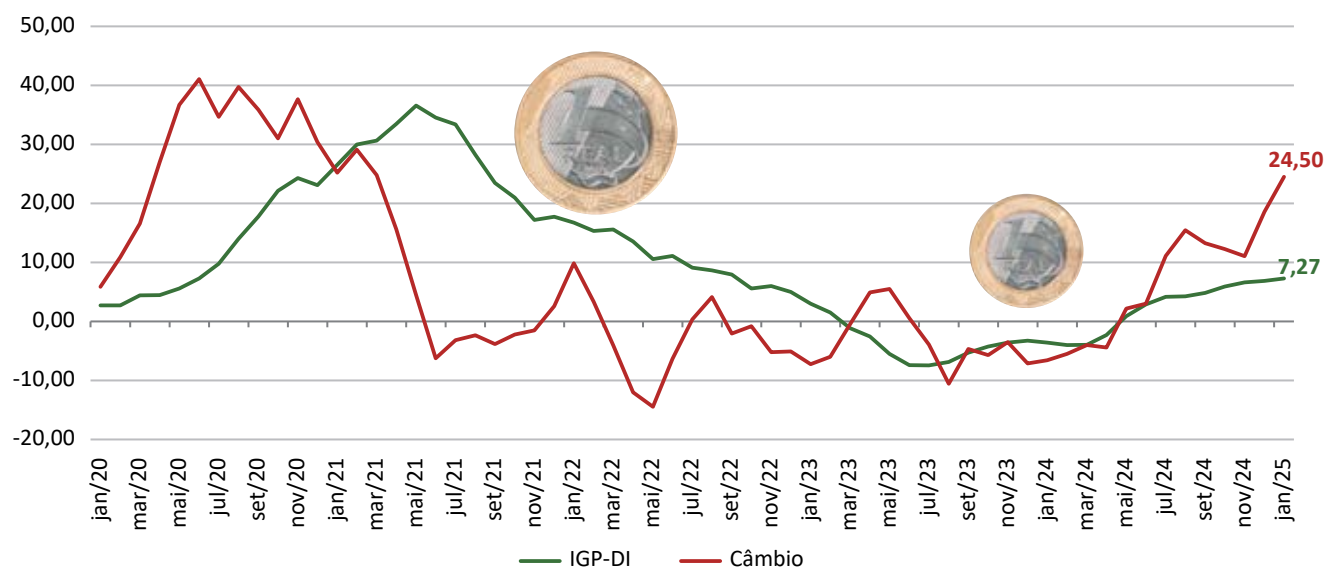
Será difícil para o governo administrar o desejo de conter a desaceleração da economia esperada para este ano e, ao mesmo tempo, controlar a alta da inflação geral da economia

a inflação de alimentos no Brasil tenha sido maior do que a desses países – respectivamente, de 4,4% e 3,3%, de acordo a levantamento da Austin Rating.

“Como já falamos há algum tempo, a política fiscal tem sido extremamente expansionista, e isso

atrapalha a atuação da política monetária, gerando diversos problemas, entre eles uma piora das condições financeiras. Se a tendência para a inflação e os juros no mundo fosse de baixa, e o crescimento no Brasil fosse atenuado, até se poderia ganhar mais tempo em uma política de aumento de gastos. Mas esse espaço já não existe”, afirma Matos. Para a economista, será difícil para o governo administrar o desejo de conter a desaceleração da economia esperada para este ano e, ao mesmo tempo, controlar a alta da inflação geral da economia. “Eu seria totalmente otimista se observássemos o governo dando sinais de aceitar uma desaceleração sem novas medidas de estímulo, deixando o Banco Central fazer seu papel. Isso demandaria algum controle de gastos extra, mas há dúvidas sobre a disposição do governo federal de deixar isso acontecer, posto que há um calendário

Evolução IGP-DI x taxa de câmbio



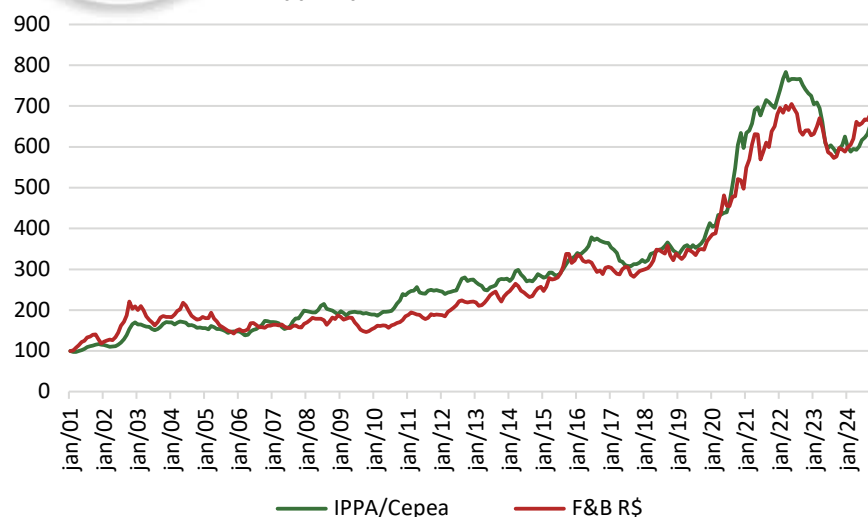
Fontes: FGV, Ipea.

eleitoral que levar em conta”, diz. Para Matos, não será possível repetir em 2025 o desempenho econômico de 2023, quando houve uma combinação de inflação baixa e PIB alto. “É interessante notar que até meados do ano passado a situação dos preços, especialmente de serviços, se mostrou favorável mesmo com a aceleração da demanda e um mercado de trabalho apertado. Mas a economia ainda estava sob teste, se de fato poderíamos crescer a taxas mais elevadas sem inflação. Olhando os salários no setor de serviços, apesar de registrarem crescimento em termos reais, o ponto de partida era um patamar baixo, como se houvesse ainda uma gordura para queimar em termos de combinação produtividade *versus* pressão salarial”, diz. Mas esse canal se esgotou e a inflação de serviços despontou, revelando nossa incapacidade de crescer a taxas altas sem provocar desequilíbrios. Agora, mesmo que a economia mostre sinais de desaceleração, a inflação de serviços ainda não desacelerará no mesmo ritmo. Ao contrário. Em janeiro, a inflação de serviços medida pelo IPCA foi de 0,78%, contra 0,66% em dezembro. Bastos lembra que também a evolução da inflação de serviços é importante para o processo de produção do agro, a começar pelo setor de transporte. “Na falta de um controle fiscal e uma acomodação desses preços, o número de instrumentos que se pode usar para combater a inflação de alimentos, que são poucos no curto prazo, fica ainda menor.”



Preços aos produtores (IPPA) e preços Internacionais em R\$ (F&B R\$)

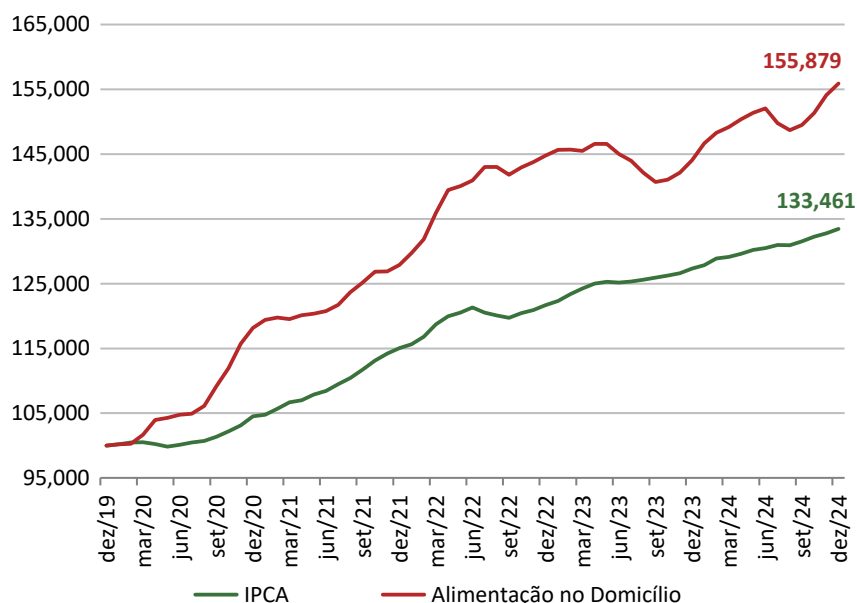
2001-2024



Fonte: Cepea/Esalq.

Alimentação como protagonista

alimentos pressionam a inflação desde 2020:



2020 Pandemia

2021 Crise hídrica

2022 Guerra (Rússia x Ucrânia)

2023 Trégua

2024 El Niño + La Niña + câmbio + demanda

Fonte: IBGE.



Mudanças climáticas

Outro elemento fora do controle da política monetária que cada vez mais tem contado para a inflação de alimentos são os efeitos das mudanças climáticas nas lavouras. André Braz, do FGV IBRE, resalta que da sequência de eventos observados desde a pandemia de Covid-19 e que levaram a inflação da alimentação em domicílio disparar 22 pontos percentuais à frente do IPCA de 2020 a 2024, metade foram choques climáticos. “Tivemos a crise hídrica de 2021, que afetou tanto a lavoura quanto a geração de energia. Logo, em 2023/2024, o El Niño e La Niña”, descreve, indicando uma maior frequência desses eventos. “De 1950 a 1999, foram monitorados sete eventos do El Niño/La Niña; de 2000 para cá, foram 23”, ilustra.

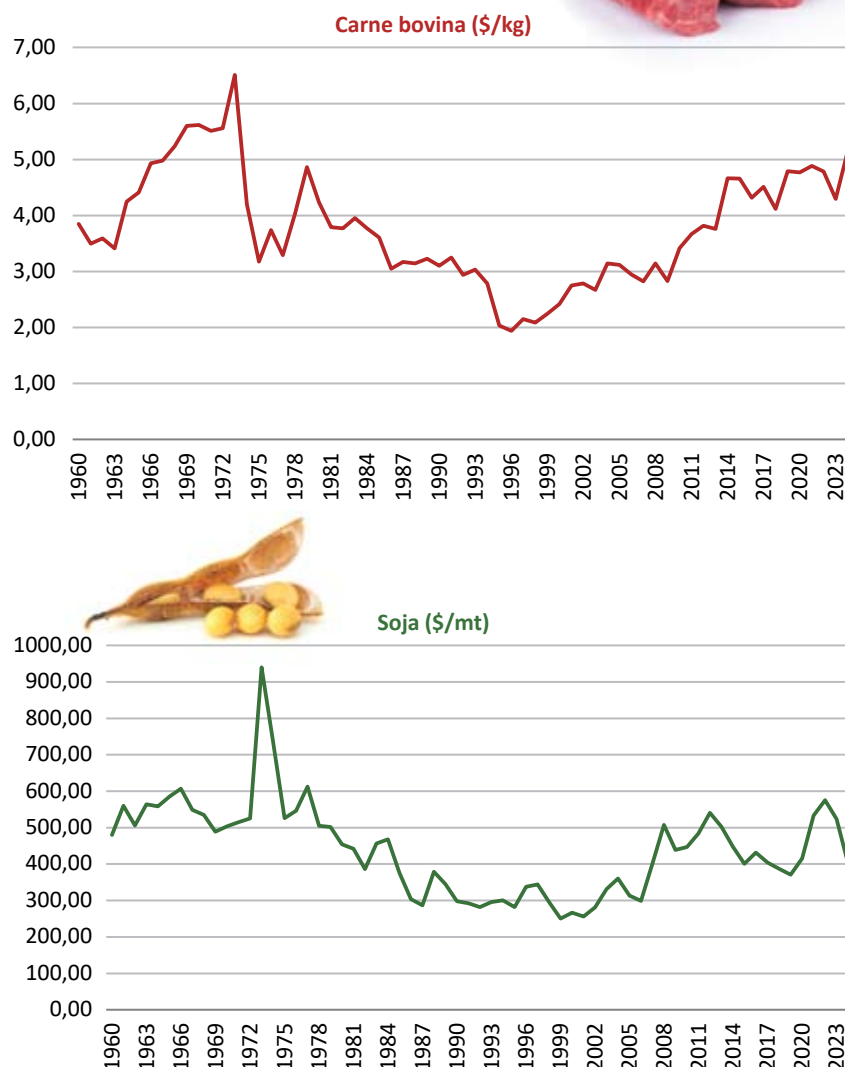
O efeito das mudanças climáticas na produção de alimentos vai além das grandes secas ou inundações, destaca Germison Tomquelski, consultor da Desafios Agro. “No ano passado, já identificamos um aumento de 1 a 2 graus Celsius na temperatura média em algumas fazendas. Parece pouco, mas nos extremos intensifica o risco de pragas, doenças, e os produtores precisam estar preparados”, afirma. Para Tomquelski, o fato de o Brasil conseguir recordes de safra mesmo sob esse contexto climático desfavorável passa pelo fato de que lidar com adversidades faz parte da história do agro brasileiro. “O maior exemplo é o do Cerrado, onde graças a investimento e tecnologia, hoje se consegue tirar duas safras ao ano; em algumas condições, até três. Isso fez diferença.”

O engenheiro agrônomo alerta, porém, que manter essa resiliência e competitividade depende que o país valorize o investimento em pesquisa e desenvolvimento. “Nos últimos anos, temos deixado para trás questões básicas, como levantamento de dados e a manutenção de pesquisadores, em quantidade e qualidade, nos principais centros de

pesquisa”, afirma, reforçando que a produtividade até hoje conquistada pelo país se deu graças ao trabalho desenvolvido em centros de referência como a Embrapa. Para ele, o caso recente do prejuízo na lavoura de café é um exemplo de gargalos que podem ser evitados com planejamento e políticas bem elaboradas. “Se houvéssimos dedicado

Tendência de alta de preços na última década é mundial

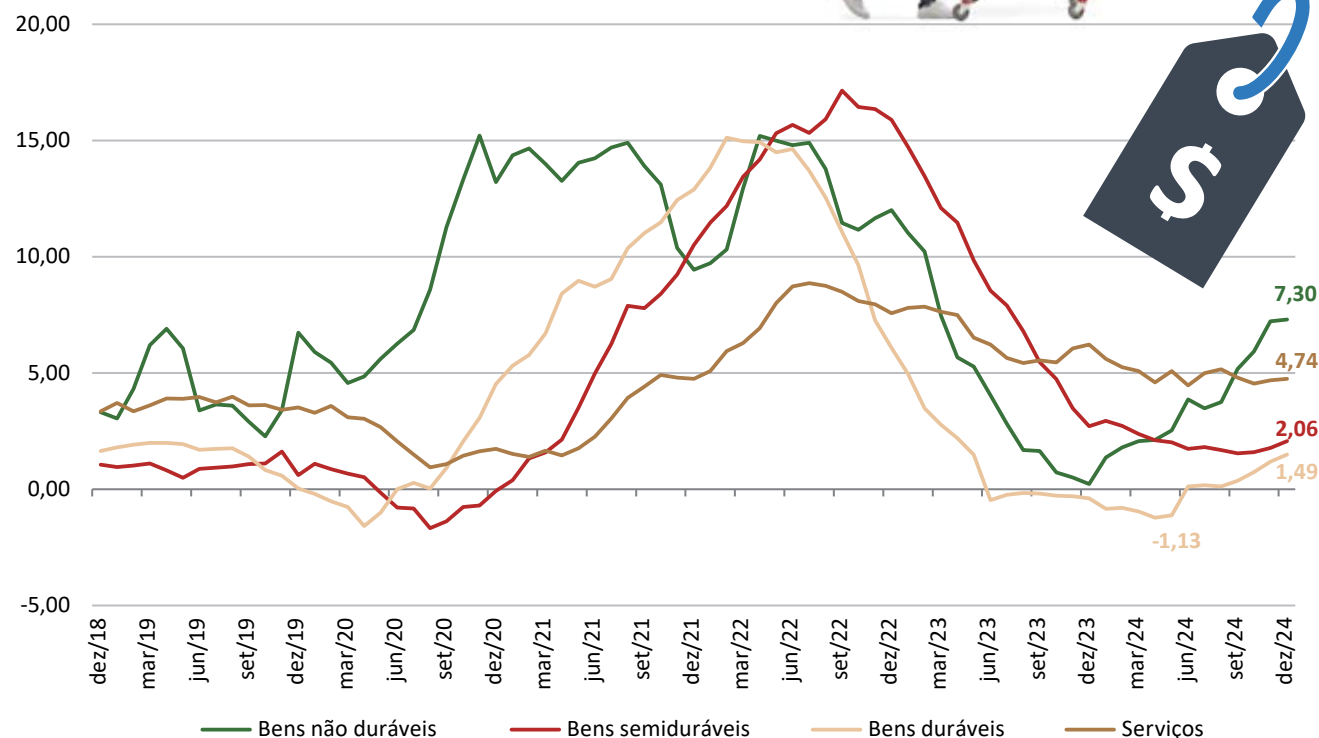
Preços anuais, em dólares de 2010



Fonte: Banco Mundial, atualizado até 3/1/2025.

Decompondo o IPCA

Evolução da taxa de variação (%) acumulada em 12 meses (interanual)



Fonte: Bacen.

mais planejamento, e investido um pouco mais em irrigação, a lavoura mineira de café poderia ter resistido mais à seca”, afirma.

Um dos desafios, nesse sentido, é o de que, quanto maior a adversidade climática a ser mitigada, maior pode ser o custo de produção, limitando a capacidade de consumo desses produtos pelas famílias. Por isso, diz o especialista, é preciso garantir linhas de financiamento adequadas a cada cultura e porte de produtor.

No caso dos choques climáticos, tanto Tomquelski quanto Bastos defendem a necessidade de desenvolvimento do mercado de seguros para o setor agropecuário no Brasil. “Enquanto nos Estados Unidos o percentual de área coberta chega a

95%, aqui estamos falando de pouco mais de 10%, e em direção crescente. Isso é grave, e concorre para a inflação de alimentos”, diz. No Brasil, esse tipo de seguro é caro, em parte pela falta de escala. Para torná-lo mais acessível ao produtor, Bastos conta que se discute no Congresso a criação de um produto que é intercessão do seguro com crédito rural.

Bastos ressalta, entretanto, que apoios para a mitigação do impacto das mudanças climáticas também precisam trabalhar como indutores tecnológicos. “Isso não acontece, por exemplo, no Proagro. Vemos que a garantia de renda do programa é acionada muitas vezes pelo mesmo estabelecimento, anos a fio.

Dessa forma, qual a mensagem que se está dando para o produtor? De que continue produzindo essa cultura do jeito que está fazendo, que continuo lhe pagando pelo que faz”, diz, defendendo o fomento do chamado programa de subvenção ao prêmio do seguro. “Nesse caso, o governo entra com um pedaço, e vai se abatendo um pouco desse prêmio, que é alto no mundo inteiro. Afinal, eventos catastróficos não acontecem individualmente, quando acontecem envolvem várias propriedades ao mesmo tempo, então precisam ter um tratamento diferenciado”, conclui, defendendo a eficiência desse tipo de política para mitigar o impacto de choques nos preços agrícolas no médio/longo prazo. ■

Substituir o caro



Em meio à preocupação com as implicações da inflação de alimentos para os consumidores, e eleitores, o presidente Lula foi protagonista de um momento polêmico ao declarar, em entrevista à rádio da Bahia no início de fevereiro, que o Brasil precisa passar por um “processo educacional” para que os consumidores aprendam a se desviar de preços mais altos no supermercado. Algo que as famílias historicamente fazem, e que mais recentemente é ilustrado pela substituição das carnes pelo consumo de ovos.

Mesmo com esse hábito para fazer as necessidades básicas caberem no orçamento, que para o presidente também representa uma estratégia para fazer com que vendedores baixem o preço de produtos sob o risco de que se percam, a inflação de alimentos ainda foi alta em 2024, conforme identificado pelo Índice de Preço dos Gastos Familiares (IPGF) do FGV IBRE. O IPGF calcula a inflação agregada considerando as mudanças de comportamento do consumo das famílias e seu impacto no peso de cada item de forma mais tempestiva do que no IPCA. Com isso, o IPGF consegue capturar quando há uma redução da inflação forçada pela redução ou substituição de um produto ou serviço que, pelo aumento de preço, já não cabe no orçamento das famílias.

No ano passado, entretanto, a inflação de alimentos captada pelo IPGF em 2024 foi ainda mais alta do que a observada no IPCA, com variação de 11,1%. André Braz, coordenador de Índice de Preços do FGV IBRE, afirma que esse resultado reflete o aumento da importância relativa dos alimentos no custo de vida da população. “O IPGF tem uma cesta menor, que abarca 80% da estrutura de ponderação do IPCA, sendo mais objetiva nos alimentos mais importantes no consumo das famílias e sua revisão de pesos”, afirma.

Para realizar o cálculo do IPGF mensalmente, os economistas se valem da estrutura de ponderação da tabela de recursos e usos das Contas Nacionais, sobre a qual se aplica a variação de preços observada no IPCA. No caso do IPCA, essa revisão só acontece quando a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE é atualizada, o que tem acontecido, em média, a cada seis anos. A última POF é de 2017/2018, e uma nova coleta entrou em campo em novembro de 2024, com os primeiros resultados estimados para meados de 2026. (S.M.)

Mesmo considerando tendência de substituição de produtos caros, alimentação pesa em 2024

Índice de Preços de Gastos Familiares (IPGF) de 2024 – variação (%)



IPGF	7,05
Alimentação	11,10
Habitação	6,93
Artigos de residência	1,67
Vestuário	9,48
Transportes	5,08
Saúde e cuidados pessoais	6,61
Despesas pessoais	8,67
Educação	6,94
Comunicação	0,80
Serviços prestados às famílias e atividades pessoais	4,74

Fonte: FGV IBRE.